

# Nacionalização foi comum na Guerra

LINA DE ALBUQUERQUE

O afastamento dos japoneses da direção do Hospital Santa Cruz pode ser entendido à luz de um capítulo que a História do Brasil prefere esquecer: a exemplo dos imigrantes das outras potências do Eixo, como os italianos e os alemães, os japoneses sofreram toda sorte de perseguições durante a II Guerra Mundial, por não permanecerem ao lado dos aliados. No período de 1939 a 1945, cerca de 15 mil nipônicos foram presos em São Paulo. Se um japonês fosse apanhado folheando uma revista de seu país ou simplesmente falando a sua língua na rua, corria o risco de ser torturado, ou ter de engraxar sapatos com a bandeira do Japão.

Construído desde 1926 com recursos do Governo Japonês, e inaugurado em 1939, o Hospital Santa Cruz foi "nacionalizado", isto é, tomado da colônia nipo-brasileira, por ocasião da guerra, assim como milhares de hectares de fazendas do interior do Estado e outros bancos internacionais da comunidade.

O então Hospital Japonês da Beneficência, erguido com doações da colônia, foi um dos núcleos mais modernos e bem aparelhados da América Latina, do qual os descendentes de japoneses se orgulham.

Além de expulsos, os japoneses nunca mais puderam voltar para a sua própria casa. Terminada a guerra, o Hospital Santa Cruz não retornou às mãos dos antigos fundadores. O mesmo não aconteceu com alguns bens alemães e italianos,

entre eles os Hospitais Oswaldo Cruz e Matarazzo, que foram restabelecidos. "Não se pode devolver o que não foi confiscado", critica o assessor de comunicação do Santa Cruz, João Alberto Lanhez. Na versão dos atuais administradores, foram os próprios japoneses que abandonaram o hospital "por desinteresse".

## INTERESSE

O enorme interesse em recuperar a antiga sede mobiliza, hoje, toda a comunidade nipônica no Brasil, aproximadamente um milhão de pessoas. A batalha ganhou adesões de peso como a da prefeita Luiza Erundina e do secretário da Saúde, José Aristodemo Pinotti. O japonês Takeshi Imai, coordenador do movimento, obteve recentemente diversos documentos que provam que os japoneses não abandonaram o hospital, mas sim foram afastados.

Por uma ata de 1944, por exemplo, fica claro, segundo ele, que a participação de sócios japoneses foi inteiramente vetada. No ano seguinte, José Maria de Freitas foi nomeado como interventor da diretoria "nacionalizada", exigindo receber 50% da receita proveniente da ala mais cara do Hospital, acrescida ao seu salário.

Imai afirma, também, que diversos quartos do Hospital, administrado hoje pela família Mélega, foram transformados em consultórios particulares. Por isso, o número de leitos iniciais teria diminuído, segundo ele, de 250 para 100.



Ramar Miranda/AE

Imai e Imako: protesto de duas gerações

## Enfermeira revela injustiças

Uma das principais personagens da manifestação em favor da reintegração do Hospital Santa Cruz era Imako Hino, de 68 anos, que fez parte do primeiro grupo de enfermagem treinado no próprio hospital. Emocionada, ela fez questão de levar para o ato fotos da época, em que aparece do lado de colegas enfermeiras, e o amarelado edital de convocação de 1938, escrito em kanji, para participar do curso de enfermagem.

"Durante o período de intervenção houve muita injustiça e todos os médicos e enfermeiras japoneses ou descendentes foram expulsos do hospital", conta a enfermeira aposentada. Ela recorda que seus pais comentavam que ajudaram

a construir o hospital, doando tijolos. "Mesmo com o fim da intervenção continuaram as perseguições aos japoneses, médicos ou pacientes", acrescenta Idalina Toshiro Mizuki, que trabalhou no Santa Cruz entre 45 e 50.

Depois de sair do hospital, Idalina fundou o Instituto Mizuki, uma clínica de fisioterapia, que a tornou rica e conhecida. Idalina revela que o interventor, José Maria de Freitas, ocupou o 5º andar do hospital para morar com a família e passou a proibir o atendimento a japoneses pobres. "Tinha um frei alemão que foi preso e expulso do hospital por tentar ajudar os necessitados", afirma.

## 'Hachimaki' mostra insatisfação

A concentração de ontem no Hospital Santa Cruz trouxe a São Paulo um pouco da atmosfera das concentrações de protesto japonesas. Como lá, os manifestantes de ontem levavam amarrada à altura da testa uma tira de tecido chamada hachimaki, usada no Japão moderno para demonstrar aos governantes os sentimentos de desaprovção da população.

Com o hachimaki, operários protestam contra salários baixos sem fazer greve — amarram a fita na testa e continuam trabalhando, calados. Estudantes em época de provas também se valem dele, pois de acordo com uma antiga lenda japonesa o

uso da peça facilita a concentração, impedindo que as idéias escapem pelos lados da cabeça.

"Não vamos nos dispersar", seria a tradução de sentido mais apropriada para o apelo do hachimaki, que é também usado frequentemente em torneios de artes marciais, como judô ou caratê. Ontem, contudo, foi a primeira vez em que se viu o hachimaki ser utilizado no Brasil com finalidade política.

"Espero que ele seja adotado pelo nosso povo para reivindicar a correção de outros males", diz Takesho Imai, coordenador geral do movimento pela retomada do Hospital Santa Cruz.